

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17115 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 02 - Ensino Médio

## **A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE COMPETÊNCIAS NO CONTEXTO DA BNCC: INTERSEÇÕES COM CONHECIMENTOS E HABILIDADES**

Celoy Aparecida Mascarello - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Maria Teresa Ceron Trevisol - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Paulo Roberto Dalla Valle - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

## **A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE COMPETÊNCIAS NO CONTEXTO DA BNCC: INTERSEÇÕES COM CONHECIMENTOS E HABILIDADES**

### **RESUMO**

Este texto é fruto de uma investigação e tem por objetivo refletir sobre o uso e o sentido do termo "competência". Através de uma visão histórica, uma referência etimológica e uma delimitação semântica, busca suporte teórico para o entendimento dos possíveis desdobramentos para o contexto escolar, em tempos de implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Este texto se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental desenvolvido com uma abordagem qualitativa. Identificou-se que o termo competência remete a algo instrumental, onde o conhecimento verdadeiro é igual a conhecimento eficaz. Tal eficácia é valorizada no sentido de resolver problemas de acordo com a lógica neoliberal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conceito de competências. BNCC. Educação escolar e competências

O termo "competência" é frequentemente utilizado no contexto educacional, especialmente após a implementação da BNCC. Nesse sentido, a análise sobre o significado de "competência" pode contribuir para o entendimento dos possíveis desdobramentos no contexto escolar, em tempos de implementação da BNCC. O que exatamente queremos dizer quando nos referimos a esse termo? E mais ainda, por que optamos por "competência" em detrimento de outros termos? As respostas a essas perguntas não são simples, pois a dificuldade de conceituar "competência" aumenta consideravelmente quando se exige a aplicação adequada desse conceito.

Para esclarecer o termo "competência", propomos uma análise transversal que abrange sua perspectiva histórica, referência etimológica e delimitação semântica. Esses elementos fundamentam uma abordagem conceitual destinada a fornecer suporte teórico para

compreender as potencialidades, críticas e limitações do conceito no campo educacional, com foco no Novo Ensino Médio (NEM).

O objetivo do presente texto consiste em investigar a base conceitual subjacente à formação por competências e identificar os elementos que compõem o processo de desenvolvimento de competências no NEM, com ênfase na aplicabilidade dos conhecimentos. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e, no que diz respeito aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como uma investigação bibliográfica.

Ao iniciar uma revisão histórica, considera-se o diálogo platônico "Lisis", conhecido por discutir a natureza da virtude e habilidade, elementos essenciais para a compreensão inicial do conceito de competência na filosofia clássica. A análise deste diálogo proporciona um ponto de partida relevante para explorar como a ideia de competência tem evoluído ao longo da história e suas diversas interpretações ao longo dos séculos *“el diálogo platónico Lisis, en el que se emplea la palabra ‘kanótis’ (ικανότης), cuya raíz es ‘ikano’, que significa ‘llegar’. Se traduce en ser capaz, tener la habilidad de conseguir algo, una cierta destreza para lograr aquello que se pretende.* (Mulder, 2007, p.05)

Visão histórica semelhante tem sido tratada em trabalhos de Mulder, Weigel e Collins (2007). Os referidos autores afirmam que a ideia de competência, do ponto de vista histórico, também aparecia no Código Babilônico de *Hamurabi* onde consta: *“telles sont les décisions de justice que hamumurabi, le roi compétent, a établie pour engager le pays conformément à la vérité et à l'orde équitable”* (Mulder, 2007, p.06).

A etimologia do termo "competência" vem do latim "com" (junto) e "petere" (lutar, procurar), destacando a capacidade de agir eficazmente em determinado contexto. Derivações próximas incluem "competitio", que significa tanto acordo quanto rivalidade, e "competentia", que se refere à capacidade de responder adequadamente em uma situação (Machado, 2006, p.24).

Para embasar essa discussão, foi considerada a contribuição de Loiola (2013), que destaca sua etimologia medieval ligada a guerras por território e batalhas de conquista. A autora também observa que o termo sugere justiça e preparação para combate e disputa, conectando-o ao Direito.

Marise Nogueira Ramos, no livro intitulado "A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?" realiza uma análise aprofundada sobre o conceito de competência, destacando que seu surgimento na França em 1970 esteve relacionado ao questionamento do conceito de qualificação e ao processo de formação profissional, especialmente técnica. O contexto refletia uma insatisfação com a discrepância entre as demandas do mercado de trabalho e as habilidades dos trabalhadores, buscando alinhar o ensino às necessidades empresariais para aumentar a capacitação dos profissionais. A autora explora a conexão entre competências e saberes práticos (saber agir), destacada no contexto de certificação e emprego. (Ramos, 2006).

Esses aspectos indicam que o termo "competência" pode ser explorado e compreendido sob diferentes perspectivas devido ao seu desenvolvimento em dois contextos distintos: o educacional e o laboral, o que amplia sua polissemia.

Com efeito, conforme destacado por Tugendhat (2012) em seu livro "Lições sobre Ética", não buscamos capturar o sentido "verdadeiro" da palavra, considerando a polissemia que a envolve. Contudo, é imperativo que compreendamos e aprendamos sobre o uso e os significados das palavras que empregamos.

Além disso, a riqueza e pluralidade da língua portuguesa podem dificultar o consenso sobre o conceito de competência, devido à sua interseção com termos como habilidade, destreza, capacidade, perícia e atitude (Fleury; Fleury, 2001).

Na formação por competências na educação, destaca-se o projeto DeSeCo (Definição e Seleção de Competências), iniciado em 1997 pela OCDE, que visou criar uma estrutura conceitual para o desenvolvimento de competências-chave individuais e estabelecer padrões internacionais para sua avaliação (Sá; Paixão, 2015).

Outra referência importante é o Projeto *Tuning* que surgiu na Europa no contexto de reforma da Educação Superior Europeia materializado no Tratado de Bolonha em 1999. O projeto indica que as competências representam uma combinação dinâmica de conhecimentos, habilidades, capacidades e valores. (Ferreira; Lima, 2017).

A participação de organizações internacionais na educação é destacada pelo Relatório coordenado por Jacques Delors, iniciado em 1993 e finalizado em 1996. Comissionado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI da UNESCO, o relatório foi publicado posteriormente sob o título "Educação: um tesouro a descobrir". Com o objetivo de delinear uma "educação ideal" para as sociedades futuras, o relatório estabeleceu três temas transversais: tecnologias de comunicação, formação de professores e processos de ensino, e gestão e financiamento. Além disso, definiu seis áreas principais de investigação: educação e cultura, educação e cidadania, educação e coesão social, educação, trabalho e emprego, educação e desenvolvimento, e pesquisa educacional e científica.

O documento é um importante referencial aos projetos educativos brasileiros, principalmente porque o tempo de sua formação e o da redação final coincidiram com as discussões que resultariam no texto da nova lei de diretrizes e bases da educação brasileira.

De acordo com o relatório, a escola deve estar "aberta ao mundo", permitindo que estudantes e professores tragam para as aulas princípios e comportamentos oriundos de diversas fontes, como a mídia (DELORS, 1996). Nesse contexto, o relatório propõe uma nova perspectiva de fragmentação, sugerindo uma educação que prepare os indivíduos para a incerteza e a qualidade, substituindo a "qualificação" pela "competência".

Aqui certamente cabe uma reflexão sobre o significado de "estar preparado",

considerando que, na sociedade da informação e do conhecimento, há um incentivo à imprevisibilidade, sustentando as noções de "evolução" e "mudança". Assim, surgem questões fundamentais sobre a capacidade do sistema educacional vigente em preparar pessoas para este novo contexto, tornando a discussão sobre conhecimento e competências essencial.

A partir da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas, “direitos e objetivos de aprendizagem” e “competências e habilidades” para se referir às finalidades da educação: “Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá **direitos e objetivos de aprendizagem** do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...] (BRASIL, 2018; ênfases adicionadas), da mesma forma “Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas **competências e habilidades** será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2018; ênfases adicionadas).

Ao adotar essa perspectiva, a BNCC orienta que as decisões pedagógicas devem estar voltadas para o desenvolvimento de competências. Através da definição clara do que os alunos devem "saber" (abrangendo conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, principalmente, do que devem "saber fazer" (considerando a aplicação desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores na resolução de situações complexas da vida cotidiana, no exercício pleno da cidadania e no ambiente de trabalho), a descrição das competências fornece diretrizes para fortalecer ações que garantam as aprendizagens essenciais estabelecidas pela BNCC (BRASIL, 2018, p.15).

O texto da BNCC afirma ainda, que em relação à preparação básica para o trabalho, que significa promover o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível. Orienta ainda que os currículos escolares precisam se estruturar de maneira a explicitar que o trabalho produz e transforma a cultura e modifica a natureza, relacionar teoria e prática ou conhecimento teórico e resolução de problemas da realidade social, cultural ou natural, revelar os contextos nos quais as diferentes formas de produção e de trabalho ocorre e explicitar que a preparação para o mundo do trabalho não está diretamente ligada à profissionalização precoce dos jovens – uma vez que eles viverão em um mundo com profissões e ocupações hoje desconhecidas, mas à abertura de possibilidades de atuação imediata, a médio e a longo prazos e para a solução de novos problemas (BRASIL, 2018).

Dessa forma, o objetivo é que os novos currículos sejam capazes de desenvolver as dez competências gerais, as quais englobam um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que precisam ser adquiridos devido às demandas do mundo contemporâneo. A proposta é que essas competências gerais sejam integradas aos componentes curriculares, em vez de serem tratadas de maneira isolada como disciplinas complementares.

Um aspecto que merece atenção ao tratar das competências gerais é a concepção do conhecimento, que parece ser abordado como um dado fixo e uma informação estática, em vez de um processo contínuo de produção e ressignificação entre os sujeitos. Esta abordagem desconsidera a diversidade de contextos e indivíduos que constantemente reinterpretem o conhecimento.

Tais competências gerais apresentam uma visão pré-determinada de conhecimentos, supostamente voltada para a resolução de problemas sociais, e sustentam-se na premissa de regular as identidades formadas a partir desse conhecimento.

Isso reflete a intenção de preparar os estudantes do NEM para a sociedade da informação e do conhecimento. No paradigma educacional atual, estar preparado para o futuro exige novos conhecimentos, comunicação eficaz, trabalho em equipe, adaptabilidade, inovação e aprendizado contínuo. Assim, o foco central é desenvolver habilidades e competências como mínimo curricular, visando a empregabilidade e a responsabilidade dos estudantes do NEM.

Considerando o objetivo desse trabalho, concluímos que no plano das intenções, os documentos que orientam a formação por competências enfatizam a promoção do pensamento crítico, das capacidades gerais dos cidadãos, da justiça social e da democracia. Entretanto, a análise das suas proposições revela uma falta de rupturas significativas com os modelos que pretende superar, conformando-se ao ajustamento objetivo da formação profissional às demandas produtivas. Em certa medida, a formação por competências contribui para um projeto transnacional que vai colonizando o modelo de pensamento, adequando a escola à transmissão de valores alinhados a esse movimento.

Além disso, observamos que os procedimentos sugeridos para a organização dos documentos oficiais que orientam a formação no Ensino Médio atribuem uma relevância utilitarista aos conteúdos a serem ensinados. Isso é evidenciado nas restrições a conteúdos considerados “ideologizados”, bem como a temas filosóficos, sociológicos, de gênero e sexualidade. As competências destacadas na BNCC, como "aprender a aprender", "saber lidar com a informação", "aplicar conhecimentos para resolver problemas", "ser autônomo", "ser proativo" e "ser resiliente", contrastam com a concepção de conhecimento desinteressado e erudito.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 de jul de 2024.

FERREIRA, Kleyton Carlos; LIMA, Paulo Gomes. Projeto Tuning europeu para a educação superior: reflexões sobre o seu delineamento. **Laplage em Revista**. Sorocaba, vol.3, n.3, set.-dez.2017, p.74-92. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. de 2023.

FLEURY, Afonso Carlos Corrêa; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências**. São Paulo: Atlas, 2001.

LOIOLA, Léia de Melo. Breve Histórico do Termo Competência. Brasília. **HELB – História do Ensino de línguas no Brasil**. ANO 7 - Nº 7 - 1/2013.

MULDER, Martin. O conceito de competência no desenvolvimento da educação e formação profissional em alguns estados-membros da UE: uma análise crítica. **Revista de Educação e Formação Profissional**, 59 (1), março, 2007. Disponível em: <<http://twixar.me/7Zb1>>. Acesso em: 09 de jun de 2023.

MACHADO Nilson José. Sobre a ideia de competência. FEUSP – Programa de pós-graduação, 2º semestre 2006. **Seminário de estudos em Epistemologia e Didática SEEB**, 2006.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez. 2006.

SÁ, Patrícia; PAIXÃO, Fátima. Contributos para a clarificação do conceito de competência numa perspectiva integrada e sistêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, 26(1), pp. 87-114, 2015, CIEd - Universidade do Minho. Disponível em: <<http://bit.ly/2mkLKa0>>. Acesso em: 11 ago. de 2023.

*TUGENDHAT, Ernest. Lições sobre ética*. 9ª ed, Vozes, 2012.